



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História

ILMA ANTUNES DE FARIA CARVALHO

Narrativas do Fim: Reflexões sobre a Historiografia Contemporânea na Era do
Antropoceno

Brasília – DF
2024

ILMA ANTUNES DE FARIA CARVALHO

Narrativas do Fim: Reflexões sobre a Historiografia Contemporânea na Era do Antropoceno

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de História
do Instituto de Ciências Humanas da
Universidade de Brasília como requisito
parcial para obtenção do título de
Bacharel em História.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Luiz César de Sá
Universidade de Brasília – Orientador

Cíntia Chaves Rodrigues
Universidade Federal de São Paulo – Membro

Dhyan Ramayana Ramos Rodrigues
Universidade Federal do Rio de Janeiro - Membro

Brasília - DF
2024

RESUMO

Este artigo se trata de uma reflexão sobre as complexas interações entre a historiografia contemporânea, a crise climática e o conceito de Antropoceno, particularmente no contexto do presentismo, das mobilizações internacionais e respostas institucionais ao problema. A partir de revisão bibliográfica e análise documental, incorporando conceitos historiográficos tradicionais e teorias contemporâneas, buscou-se investigar o impacto das mudanças climáticas sobre a estrutura temporal e histórica da humanidade, bem como explorar a existência de novas abordagens relevantes a compreensão do cenário atual. A análise foi desenvolvida valendo-se do exemplo inovador de Tuvalu, que vem adotando estratégias de preservação de sua soberania e patrimônio cultural através do uso do metaverso. Os dados analisados, provenientes de organizações internacionais, evidenciam a inadequação das respostas políticas em relação ao ritmo acelerado das mudanças climáticas, exacerbadas pela tensão entre as escalas temporais humana e planetária. Com efeito, as implicações deste estudo sugerem a inevitabilidade da adesão a perspectivas mais integradas e sistêmicas, com o objetivo de abordar as crises ambientais e as transformações tecnológicas que redefinem a relação da humanidade com o tempo, o espaço e a história.

Palavras-chave: Antropoceno; Crise climática; História Contemporânea; Presentismo.

ABSTRACT

This article reflects on the complex interactions between contemporary historiography, the climate crisis, and the concept of the Anthropocene, particularly within the context of presentism, international mobilizations, and institutional responses to the issue. Through a literature review and documentary analysis, incorporating traditional historiographical concepts and contemporary theories, this study seeks to investigate the impact of climate change on the temporal and historical structure of humanity, as well as explore the existence of new approaches relevant to understanding the current scenario. The analysis was developed using the innovative example of Tuvalu, which has been adopting strategies to preserve its sovereignty and cultural heritage through the metaverse. The data analyzed, sourced from international organizations, highlights the inadequacy of political responses concerning the accelerated pace of climate change, exacerbated by the tension between human and planetary temporal scales. Consequently, the implications of this study suggest the inevitability of adopting more integrated and systemic perspectives to address environmental crisis and technological transformations that are redefining humanity's relationship with time, space, and history.

Keywords: Anthropocene; Climate Crisis; Contemporary History; Presentism.

1. História e Crise Climática: a Dinâmica das Mobilizações Internacionais e o exemplo de Tuvalu

As mobilizações internacionais em relação à crise climática nos últimos 100 anos têm sido significativas, com um aumento notável na conscientização e ação desde meados do século XX. De modo geral, esse processo tem sido caracterizado como uma “diplomacia climática”, nos termos de Rodrigo Turin (2023, p. 704), veiculada pelas numerosas conferências, cúpulas e iniciativas regionais e globais, envolvendo governos, organizações não governamentais, cientistas e outros atores, todos com o objetivo de enfrentar a crise climática.

Das diversas organizações, tanto nacionais quanto internacionais, dedicadas ao tema, destaca-se a Organização das Nações Unidas (ONU), em grande parte devido à sua proeminência mediática. Sucessora da Liga das Nações, a ONU foi estabelecida em outubro de 1945 com o objetivo primordial de manter a paz e a segurança internacional, prestar assistência humanitária, proteger os direitos humanos e assegurar a observância do direito internacional (Organização das Nações Unidas, [20--]). Quando de seu estabelecimento, a ameaça das mudanças climáticas não era tão claramente percebida pela comunidade internacional; o foco permanecia na devastação ocasionada pela Primeira e Segunda Guerras Mundiais e nos conflitos em andamento.

A presença e influência da ONU, atualmente composta de 193 Países-membros, e dos diversos programas, fundos, comissões e agências especializadas que compõem a estrutura geral da organização, em temas que abrangem desde assuntos econômicos, sociais, ambientais e culturais, caracterizam o alto teor de globalização e de interconectividade no âmbito da política internacional, demonstrando não apenas o nível de dificuldade para que decisões sejam tomadas, mas a impraticabilidade técnica de separar temas complexos como meio ambiente, política, economia e sociedade.

Em 1988, a Organização Meteorológica Mundial¹, responsável pela primeira Conferência Mundial do Clima em Genebra, no ano de 1979, e o Programa das Nações Unidas para o meio Ambiente² estabelecem o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas com o objetivo de fornecer uma plataforma científica para avaliar os impactos das mudanças climáticas.

¹ *World Meteorological Organization (WMO)*

² *United Nations Environment Programme (UNEP)*: programa estabelecido pela ONU durante a Conferência das Nações Unidas, realizada em 1972 na cidade de Estocolmo, Suécia.

Sua tarefa inicial, conforme delineado na Resolução 43/53 da Assembleia Geral da ONU, de 6 de dezembro de 1988, era preparar uma revisão abrangente e recomendações quanto ao estado do conhecimento da ciência das mudanças climáticas; o impacto social e econômico das mudanças climáticas, e estratégias de resposta potenciais e elementos para inclusão em uma possível futura convenção internacional sobre o clima (Intergovernmental Panel on Climate Change, c2024).

A função primordial do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas³ não reside na condução de novas investigações científicas, mas sim na síntese dos resultados mais pertinentes provenientes de estudos previamente avaliados por pares e publicados em periódicos científicos de renome internacional. Os especialistas do IPCC convergem essas informações em relatórios direcionados especificamente para os responsáveis pela formulação de políticas públicas nos 195 países que aderiram à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas⁴ (Intergovernmental Panel on Climate Change, c2024).

O último relatório fornecido pelo IPCC foi o Sexto Relatório de Avaliação (AR6), publicado entre os anos de 2021 e 2022, a partir dos quais foi produzida a última etapa do ciclo, denominado Relatório Síntese (SYR) e publicado em 2023. Os relatórios síntese são projetados para fornecer informações claras e acessíveis sobre as descobertas científicas mais importantes sobre mudanças climáticas, adaptadas para formuladores de políticas, tomadores de decisão e o público em geral (Intergovernmental Panel on Climate Change, c2024). Enquanto em vários países, com níveis de desenvolvimento distintos, observa-se o surgimento de uma agenda ambiental conhecida como "verde", que tem ganhado reconhecimento e espaço consideráveis na esfera pública, sua implementação e integração nas estruturas políticas dos Estados ainda se encontram substancialmente restritas (Turin, 2023, p. 705).

Corroborando tal afirmação, dentre as informações divulgadas pelo SYR, destaca-se que, do período pré-industrial até o presente momento, a humanidade emitiu um total de 2,4 trilhões de toneladas de dióxido de carbono (CO₂). Destas emissões, 58% ocorreram entre os anos de 1850 e 1989, enquanto os restantes 42% foram emitidos entre 1990 e 2019 (Governo Federal, 2023). Para alcançar uma probabilidade de ao menos 50% de limitar o aquecimento global a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, conforme

³ IPCC, sigla em inglês.

⁴ UNFCCC, sigla em inglês.

estabelecido pelo Acordo de Paris⁵, as emissões globais de gases de efeito estufa devem atingir seu pico entre os anos de 2020 e 2025, com uma redução de 43% até 2030. No entanto, desde 2010, observa-se um aumento de 12% nessas emissões (Governo Federal, 2023). De acordo com informações publicadas pelo Observatório do Clima (2022), as políticas públicas de mitigação do clima implementadas globalmente até o ano de 2020 estão projetadas para levar o planeta a um aquecimento de 3,2°C, o que representa mais que o dobro do limite estabelecido pelo Acordo de Paris (Observatório do Clima, 2022). Ademais, é ressaltada uma disparidade substancial tanto regional quanto social nas emissões, sendo 10% dos domicílios que registram as maiores emissões per capita em todo o mundo responsáveis por 35% a 45% das emissões totais de gases de efeito estufa, enquanto os 50% mais pobres contribuem com apenas 13% a 15% (Observatório do Clima, 2022). De acordo com o relatório, é relevante notar que os países menos desenvolvidos e as nações insulares, que são as mais afetadas pelos impactos climáticos, combinadamente contribuíram com menos de 4% das emissões globais em 2019 (Governo Federal, 2023; Observatório do Clima, 2022).

Ocorreram mudanças generalizadas e rápidas na atmosfera, oceano, criosfera e biosfera. A mudança do clima causada pelo homem já está afetando muitos extremos climáticos e meteorológicos em todas as regiões do mundo. Isto vem resultando em impactos adversos generalizados, e perdas e danos relacionados, à natureza e às pessoas. Comunidades vulneráveis que menos contribuíram historicamente para a mudança atual do clima são afetadas de forma desproporcional (Governo Federal, 2023).

Na medida em que as agências internacionais dedicadas ao estudo das condições climáticas, tais como o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), liberam seus relatórios oficiais, a magnitude da atual crise climática se torna mais incontestável, instigando reflexões acadêmicas, mobilizações populares e produções culturais, seja na forma de documentários, filmes e literatura. A ascendência da temática alimenta a imaginação pública gerando uma espécie de "mal-estar contemporâneo", a qual, segundo Danowski e Viveiros de Castro, coloca-se em via contrária ao otimismo "humanista", prevalente na história do Ocidente por volta dos últimos 400 anos, antevendo, ou até mesmo representando "[...] algo que parecia estar excluído do horizonte

⁵ Considerado como o mais recente e significativo esforço internacional para combater as mudanças climáticas. Adotado por 196 partes na UNFCCC, visava limitar o aumento da temperatura global abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais, com esforços para limitar o aumento a 1,5°C.

da história enquanto epopeia do Espírito: a ruína de nossa civilização global em virtude mesmo de sua hegemonia incontestada [...]" (Danowski; Castro, 2014, p. 11-12).

Na perspectiva de Rodrigo Turin (2023, p.705), a declaração do Secretário-Geral da ONU às vésperas da Conferência das Partes realizada em 2022 (COP27), António Guterres, reiterou o diagnóstico de emergência resultante do descompasso entre o tempo da política e o tempo do planeta ao declarar que “As emissões de gases de efeito estufa continuam crescendo. As temperaturas globais continuam subindo. E nosso planeta está se aproximando rapidamente de pontos de inflexão que tornarão o caos climático irreversível” Déborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro (2014, p.17). compreendem que tal processo de degradação generalizado potencialmente concebido como uma espécie de transição da aventura antropológica ocidental em direção à ruína, ao necessitar de sentido, é traduzido através de esforços para a criação, não necessariamente intencional, de uma mitologia apropriada ao contexto contemporâneo. Para os autores (Danowski; Castro, 2014, p.17), o então conceito de "fim do mundo" representa um dos desafios notáveis que Kant afirmava ser insolúvel pela razão. Contudo, é um tema que inevitavelmente emerge para a reflexão humana, ponderação que se manifesta, de modo intrínseco, através da construção de relatos mitológicos, ou, como é frequentemente mencionado, por meio de "narrativas" que buscam oferecer orientação e incentivo ao ambiente contemporâneo (Danowski; Castro, 2014, p.17).

Tal cenário de calamidade civilizacional e demográfica é por vezes concebido como o desfecho de um evento global, como uma extinção abrupta da espécie humana ou até mesmo de toda a vida na Terra, desencadeada por um 'ato divino' ou pela acumulação de intervenções antropogênicas no planeta. Este último tem a tendência a ser mais realisticamente caracterizado "[...] como um *processo* de degradação já iniciado, extremamente intenso, crescentemente acelerado e sob muitos aspectos irreversível, das condições ambientais que presidiram à vida humana durante o Holoceno⁶ [...]" (Danowski; Castro, 2014, p.13). Em outras palavras, a despeito das mais variadas narrativas de cunho catastrófico, a probabilidade, corroborada pelos dados científicos que consideram os efeitos “humanos” no planeta a longo prazo, é de que a humanidade esteja diante de um mundo que se ausenta aos poucos, ou seja, “[...] o prospecto da crise

⁶ Época geológica pertencente ao período Quaternário que sucedeu o Pleistoceno, tendo iniciado há cerca de 11.600 anos atrás.

ambiental planetária parece expor a espécie menos ao risco de uma morte súbita que ao agravamento de uma doença degenerativa, cujo início sorrateiro havia nos escapado” (Danowski; Castro, 2014, p.60).

Desse modo, a percepção da urgência em relação à degradação ambiental e ao aquecimento climático coexiste com uma crescente conscientização sobre o descompasso ou a dessincronização entre diferentes escalas de tempo (Rosa, 2010; Jordheim, 2014 *apud* Turin, 2023, p.705). Essas escalas não estão limitadas à percepção contemporânea de que o tempo está passando mais rápido, pois detemos menos controle sobre nossas atividades cotidianas, ou ligada somente à rapidez com que as inovações são produzidas e se tornam obsoletas. O aceleração dos níveis de concentração de CO₂ na atmosfera vem se mostrando inversamente proporcional à capacidade e à velocidade de ação das instituições políticas para lidar com o problema (Turin, 2023, p.705).

Virtualmente tudo o que pode ser dito sobre a crise climática se torna, por definição, anacrônico, defasado; e tudo o que deve ser feito a respeito disso é necessariamente muito pouco, e tarde demais - *too little, too late*. Essa instabilidade metatemporal se conjuga como uma súbita insuficiência de mundo (...) gerando em todos nós algo como a experiência de uma decomposição do tempo (o fim) e do espaço (o mundo), e o surpreendente rebaixamento das duas grandes formas condicionantes da sensibilidade ao estatuto de formas *condicionadas* pela ação humana (Danowski; Castro, 2014, p. 20-21).

A título de ilustração para explicar melhor a escala alcançada pela desestabilização das condições de vida no planeta e, conseqüentemente, das relações entre as sociedades, suas instituições políticas, estruturas culturais e ações, que passam a ser visualizadas como necessárias à existência dessas sociedades no tempo e no espaço, destaca-se o presente caso de Tuvalu. Um arquipélago localizado na Oceania, ele figura, dentre os diversos Estados insulares, como um dos mais suscetíveis aos impactos das mudanças climáticas. Desde a sua participação inaugural na primeira Conferência Mundial do Clima, em 1979, este país tem sido um participante ativo nas conferências sobre mudanças climáticas promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A presença de Tuvalu nessas instâncias é considerada de suma importância, pois possibilita a expressão de suas preocupações e a busca por soluções para os desafios que enfrenta. Notadamente, a partir da Conferência das Partes (COP) 25, ocorrida em 2019, as declarações proferidas pelo Primeiro-Ministro de Tuvalu, Kausea Natano, passaram a apresentar um tom mais crítico, destacando a insuficiência de ações por parte da

comunidade internacional. Em suas palavras, "A falta de ambição e urgência na ação climática emanada da COP 25 é muito preocupante, especialmente para nós, Pequenos Estados Insulares, que estamos na linha de frente da crise climática que nos confronta agora"⁷ (Natano, 2019). Sua declaração faz referência, em especial, à carência de proatividade visando ao cumprimento das condições acertadas com a assinatura do Acordo de Paris.

Na ocasião da 26ª Cúpula do Clima da ONU (COP 26), realizada no ano de 2021 em Glasgow, Escócia, o Ministro de Justiça, Comunicação e Relações Exteriores de Tuvalu, Simon Kofe, apresentou seu pronunciamento via transmissão de vídeo a partir de uma das Ilhas que compõe o arquipélago e em meio à água na praia (Kofe, 2021). Em sua declaração, direcionada aos representantes das nações presentes na reunião, faz referência às consequências da crise climática não apenas para seu país, mas para todas as nações insulares que se encontram em risco. Solicita que a comunidade internacional tome providências para que as metas estabelecidas no Acordo de Paris sejam cumpridas, bem como que recursos financeiros do fundo global para mudanças climáticas fossem mobilizados para mitigar as perdas e destruição já ocorridas, reiterando, assim, declarações realizadas em instâncias anteriores, para a necessidade de mobilização internacional nos âmbitos político e econômico (Kofe, 2021). Contudo, sinalizou que o governo de Tuvalu não se encontrava aguardando providências por parte da comunidade internacional, e que com o propósito de garantir a existência do país no futuro, estariam não somente buscando meios de garantir a manutenção da soberania sobre os limites do território marítimo, mesmo que a parte física das ilhas desaparecesse, mas que desde logo estariam adotando meios tecnológicos inovadores objetivando a retenção de seu pleno funcionamento como nação (Kofe, 2021).

Em consonância com seu discurso no ano anterior, Simon Kofe anunciou, por meio de vídeo conferência durante a COP 27, a intenção de Tuvalu de se tornar a Primeira Nação Digital, recriando digitalmente seu território, ação cujo objetivo era não somente preservar sua história e cultura, mas transferir todas as funções governamentais para um ambiente digital (Kofe, 2022). De acordo com a descrição do plano encontrada no site oficial do governo, essa transição para o digital possibilitaria que Tuvalu mantivesse sua

⁷ "The lack of ambition and urgency on climate action emanating from COP 25 is very concerning, particularly for those of us Small Islands Nations on the front lines of the climate crisis that is confronting us now." (Tradução nossa)

identidade nacional e continuasse a operar como um estado, mesmo após a perda de seu território físico (Tuvalu, [20--]). Similarmente, isso facilitaria a administração do processo diaspórico da população ao criar um espaço virtual para conexão entre os cidadãos, para a exploração de sua ancestralidade e cultura. No cerne dessa estratégia está o conceito de *fenua*, que, na filosofia tuvaluana, encapsula a interconexão entre terra, povo e cultura, a qual de tal maneira não se restringe à ideia de território físico; abrange também a relação espiritual e cultural com o oceano, os ancestrais e as práticas tradicionais (Rothe *et. al.*, 2024). A preservação da memória cultural é, portanto, fundamental, pois é através dela que a essência da identidade tuvaluana pode ser mantida e transmitida, mesmo em um contexto diaspórico. Adicionalmente, a criação de uma réplica digital permanente de Tuvalu, um novo "território definido", contribuiria para a defesa da continuidade de sua soberania no âmbito do direito internacional (Tuvalu, [20--]).

Durante a última Conferência das Partes (COP28), sediada em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, no ano de 2023, Simon Kofe apresentou as atualizações realizadas desde o anúncio no ano anterior. Estas incluíram a conclusão de uma abrangente varredura tridimensional de todas as ilhas e ilhotas do arquipélago de Tuvalu, estabelecendo as bases para a construção de sua nação digital e contribuindo para uma redefinição de seu território sob a ótica do direito internacional Tuvalu, [20--]; Kofe, 2023). Paralelamente, foram estabelecidos os esforços para a criação de um arquivo vivo da cultura tuvaluana, sob a curadoria da própria comunidade, incentivando os cidadãos a contribuírem com seus itens pessoais mais significativos para a preservação digital, assim criando um registro dinâmico de seus valores culturais (Tuvalu, [20--]). Por fim, a constituição do país foi alterada de modo a refletir uma nova definição de Estado, a primeira de seu tipo no mundo. Esta emenda estabelece que o Estado de Tuvalu, dentro de seu contexto histórico, cultural e legal, permanecerá perpetuamente no futuro, independentemente dos impactos das mudanças climáticas ou outras causas que possam resultar na perda do território físico de Tuvalu (Kofe, 2023).

Nesse contexto, a noção de metaverso, explorada pelo governo de Tuvalu, encarna a concepção de um ambiente virtual coletivo no qual os indivíduos podem interagir, realizar transações econômicas e participar na produção de conteúdo mediante o uso de tecnologia digital. Dado que essas inovações tecnológicas contribuem para criar uma

experiência imersiva, as potencialidades oferecidas pelo mundo digital informariam os processos de percepção, uma vez que se argumenta que a reprodução digital pode otimizar o processo mimético ao transformar o virtual em um simulacro da realidade. De tal maneira, a estratégia proposta possibilitaria a reconstrução de aspectos do *fenua* em ambientes virtuais, tendo em vista que essa adaptação digital permitiria mapear e preservar as complexas relações que estruturam a vida cultural e espiritual de Tuvalu, criando um espaço onde a continuidade das práticas culturais e a transferência de conhecimento podem ocorrer, independentemente das mudanças no território físico (Rothe *et. al.*, 2024). O caso mencionado expõe, em especial, a expansão das capacidades de arquivamento em larga escala e, por conseguinte, das expectativas associadas ao processo de armazenamento de informações visando à preservação, disseminação e exploração da "memória" por meio de recursos digitais.

Por conseguinte, dentre os objetivos almejados por Tuvalu, a proteção de seu patrimônio cultural, intencionando a perpetuação desses bens para gerações futuras, se enquadra em diretrizes atuais seguidas por organizações internacionais como o *International Council on Monuments and Sites* (ICOMOS) e da própria Organização das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura (UNESCO), que durante sua 32ª sessão geral, adotou a *Charter on the Preservation of the Digital Heritage*, em que define patrimônio digital como englobando “(...) recursos culturais, educacionais, científicos e administrativos, bem como informações técnicas, legais, médicas e outros tipos de dados criados digitalmente ou convertidos para o formato digital a partir de recursos analógicos existentes”⁸ (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2009, p. 2).

A partir do caso acima citado, não consiste um desafio visualizar o cenário conflituoso gerado nos últimos vinte ou trinta anos, em que os desenvolvimentos tecnológicos permeados pela obsolescência acelerada das técnicas tradicionais de registro memorial, construíram um contexto no qual a narrativa histórica aparentava estar em um estado crescente de estagnação, ao passo que o planeta, compreendido anteriormente como um cenário estático e passivo, iniciava um processo de aceleração sem precedentes (Turin, 2023, p. 705). Bruno Latour há tempos tem descrito esse processo como dimensão

⁸ “(...) cultural, educational, scientific and administrative resources, as well as technical, legal, medical and other kinds of information created digitally, or converted into digital form from existing analogue resources.” (Tradução nossa)

paradigmática da Modernidade, especialmente marcada pela distinção entre natureza e política, tendo, recentemente, destacado a crise ambiental como simultaneamente o desdobramento mais tangível e a demonstração mais convincente da inadequação dessa distinção, caracterizando uma conjuntura “[...] que poderíamos chamar de falência múltipla dos órgãos do governo cosmopolítico (o *nomos*) dos Modernos” (Danowski; Castro, 2014, p. 116).

Se até meados do século XVIII, em conformação às disposições da doutrina cristã, passado e futuro permaneciam atrelados, na modernidade a perspectiva de futuro gradativamente deixa de pertencer ao domínio do espiritual, passagem possibilitada pela manifestação de um novo horizonte de expectativa, se distanciando das experiências vividas até então e se concretizando na forma do conceito de progresso, o qual por sua vez reunia expectativas e experiências impactadas por um "coeficiente de variação temporal" (Koselleck, 2006, p. 305-317). A atual divergência entre o tempo do planeta e o tempo da política poderia ser compreendido, ao menos parcialmente, como uma significativa transformação nessa interação entre o espaço de experiência e horizonte de expectativa ocorrido na modernidade (Turin, 2023, p.705). Desse modo, o próprio conceito moderno de história, no sentido que se adequa tanto à célebre proposição de Koselleck quanto à perspectiva latouriana, concebido como um fenômeno coletivo singular e limitado a uma noção de Humanidade que se desenvolve temporalmente por meio da exploração e dominação da Natureza, está gradativamente perdendo clareza e robustez, erodindo sua capacidade de fornecer respostas e estruturas de compreensão para os desafios emergentes (Tamm; Simon, 2020 *apud* Turin, 2023, p.706).

O que se delineia é um novo momento temporal, caracterizado pela percepção do distanciamento de algo que está gradativamente se transformando em passado, mas que, contudo, ainda não conseguimos conceber plenamente essas novas configurações da realidade que se formam. Embora a ameaça da crise climática possa parecer menos evidente do que a de um perigo nuclear, sua ontologia é mais complexa, refletindo-se tanto nas conexões com a agência humana quanto em sua natureza antagônica no que diz respeito à dimensão temporal (Danowski; Castro, 2014; Turin, 2023). Essa fenda temporal tornou-se mais marcante a partir da recente proposta de uma nova era geológica, o Antropoceno, realizada por Paul Crutzen em 2002. A perspectiva que propõe a conceituação da humanidade como um agente geológico, em vez de exclusivamente

histórico, acarreta implicações de grande relevância, as quais suscitam questionamentos sobre conceitos fundamentais na consciência histórica moderna, notadamente aqueles relacionados à "disponibilidade da história" e ao "progresso" (Turin, 2023, p.706).

2. Entre o Passado e o Futuro: A Emergência do Antropoceno e a Crise da Temporalidade

A relação entre tempo e experiência humana está profundamente entrelaçada com a percepção que temos deste, moldando assim, a forma como passado, presente e futuro são interpretados. A emergência do Antropoceno o demonstra com nitidez ao complicar consideravelmente a relação dos seres humanos com o tempo e o espaço, forçando o reconhecimento das consequências, profundas e duradouras, das ações humanas em escala planetária no passado ao mesmo tempo que expande o horizonte temporal de responsabilidade, visando a englobar um futuro, ou futuros, para muito além da experiência imediata.

Empregado para definir experiências sociopolíticas contemporâneas e futuros potenciais, o termo Antropoceno carrega um peso semântico significativo, cujas origens residem no discurso científico, especificamente geológico, como evidenciado pelo trabalho do *Anthropocene Working Group* (AWG)⁹, estabelecido na sequência de uma proposta de Paul Crutzen. Seu significado, entretanto, permanece polivalente, influenciado por diversos agentes de interesse nas esferas científica, política, artística e religiosa. Compreender o termo exige examinar seu desenvolvimento histórico, sua capacidade de ligar experiências com expectativas e seu potencial de moldar a ação coletiva.

A despeito da ausência de uma definição singular e universalmente aceita nos debates político e sócio-históricos, reconhecer as raízes geológicas e os escopos temporais do termo continua sendo crucial (Turin, 2023, p. 708). A construção desse conceito no âmbito geológico é delimitada por critérios formais da tabela cronoestratigráfica tradicional, a qual é constituída a partir da aplicação do tempo às sucessões rochosas para estabelecer uma escala temporal, e cujos limites definidos representam superfícies

⁹ Parte da *Subcommission on Quaternary Stratigraphy* (SQS), órgão constituinte da *International Commission on Stratigraphy* (ICS).

isócronas, ou seja, indicam o mesmo ponto no tempo de forma global, nos termos da *International Commission on Stratigraphy*¹⁰.

Os debates que visam à validação do Antropoceno como nova unidade de tempo geológico são de responsabilidade do AWG, cuja abordagem teve como foco central a identificação de componentes distintivos da camada geológica antropogênica, em comparação com estratos anteriores, levando em consideração elementos que vão desde o uso de plásticos até radionuclídeos de testes nucleares (Finney; Edwards, 2015, p. 7; Walker *et al.* 2024, p. 7). A cronologia proposta pelo AWG, ao buscar um ponto de partida preciso, estabelecia a fronteira estratigráfica em meados do século XX, mais precisamente, em 1945 com o lançamento da primeira bomba atômica (Finney; Edwards, 2015, p. 7; Walker *et al.* 2024, p. 7- 8). As críticas à essa proposta expandem os horizontes para além das características científicas de âmbito unicamente geológico e argumentam que os impactos das atividades humanas são tempo-transgressivos, isto é, manifestados em diferentes momentos e em diferentes regiões.

Embora a aceleração significativa do impacto humano nas últimas décadas seja notável, as evidências estratigráficas usadas para justificar seu início são consideradas insuficientes, de maneira que os marcadores propostos, como a queda de radionuclídeos, representariam um sinal relativamente curto e localizado em comparação com o vasto e diversificado registro cronológico das atividades humanas que impactam a Terra (Finney; Edwards, 2015, p. 7; Walker *et al.* 2024, p. 3). De tal forma, a tentativa de determinar um momento inicial específico para o Antropoceno desconsideraria a longa e variada história das interações entre humanos e meio ambiente, possivelmente marginalizando os efeitos antropogênicos anteriores, como aqueles decorrentes da agricultura, urbanização e industrialização, iniciados muito antes da data proposta (Gibbard *et al.* 2021, p. 351).

Ademais, levanta-se a questão de que o impulso para formalizar o Antropoceno na escala de tempo geológica poderia derivar em parte de motivações políticas em vez de considerações puramente científicas, como forma de encorajar debates públicos sobre o tema, os quais não fazem parte do âmbito de responsabilidades da *International Commission on Stratigraphy* (Finney; Edwards, 2015, p. 9). Diante disso, ainda que o valor de aumentar a conscientização sobre os impactos humanos não seja desconsiderado,

¹⁰ Considerado o maior e mais antigo corpo científico constituinte da *International Union of Geological Sciences* (IUGS). Fonte: <https://stratigraphy.org/>

focar na designação formal de uma época poderia desviar a atenção de soluções pragmáticas e enfatizar de maneira extrema um ponto específico no tempo que não representa plenamente o longo arco das mudanças induzidas pelos humanos no planeta (Finney; Edwards, 2015; Gibbard *et al* 2021).

Malm e Hornborg (2014) afirmam, na mesma direção, que as mudanças climáticas não resultam de uma característica humana inata, mas de um momento histórico específico impulsionado por relações sociais. Ainda que haja consenso sobre os efeitos das transformações oriundas do aumento populacional, atribuir a intensificação da mudança climática diretamente ao fator populacional seria uma forma de naturalização, tendo em vista que, de acordo com fontes, nas últimas décadas o crescimento populacional foi maior em áreas onde o aumento das emissões foi mais lento.

Tal atitude removeria a responsabilidade dos verdadeiros motores da mudança climática, como a dependência de combustíveis fósseis, obscurecendo o contexto social e histórico da mudança climática (Malm; Hornborg, 2014). Dipesh Chakrabarty (2008, p.216- 218) argumenta que, embora a responsabilidade pelo colapso ambiental não possa ser atribuída de maneira uniforme, ainda que seja perfeitamente possível determinar as regiões geográficas, formações sociais e segmentos da sociedade que se beneficiaram historicamente dos processos que culminaram nesse colapso, as consequências desse fenômeno serão distribuídas de maneira mais equitativa; o Antropoceno sinalizaria para uma “catástrofe compartilhada”.

Cabe mencionar que, apesar das deliberações e esforços realizados pelo AWG, objetivando a oficialização da nomenclatura no âmbito geológico, em 26 de março de 2024 a *International Commission on Stratigraphy* (ICS) divulgou que a proposta de incluir o Antropoceno como unidade formal na Escala de Tempo Geológico¹¹ foi rejeitada pela *Subcommission on Quaternary Stratigraphy*¹² (International Commission on Stratigraphy, 2024). Contudo, ainda que a oficialização do termo como uma época geológica tenha sido negada, isso não necessariamente denotaria a extinção do uso deste por outras áreas científicas, dada a multiplicidade de aplicações possíveis para o termo.

Em essência, defende-se uma compreensão mais heterogênea e inclusiva do Antropoceno como um evento geológico, perspectiva que reconheceria a natureza de

¹¹ Geologic Time Scale (Tradução nossa)

¹² SQS, sigla em inglês.

longo prazo e geograficamente variada dos impactos humanos no sistema terrestre, integrando evidências históricas e arqueológicas com dados geológicos (Gibbard *et al.* 2021; Walker *et al.* 2024). De tal modo, a tarefa de contextualizar historicamente a crise das mudanças climáticas demanda a conciliação de abordagens intelectuais que, em alguns aspectos, se contrapõem: o conceito de planetário em relação ao global; a distinção entre histórias profundas e registradas; e a integração do pensamento sobre espécies com as críticas ao capitalismo (Chakrabarty, 2008, p. 213). Tal abordagem incentivaria uma compreensão mais profunda da complexa interação entre as sociedades humanas e o planeta, indo além das limitações de uma época geológica rigidamente definida.

Em ambas as formas de uso, época ou evento geológico, o conceito refere-se a unidades com certa homogeneidade sistêmica, caso da estratigrafia e da zona crítica, permitindo sua identificação como novas fases da Terra em relação a outras unidades. Independente da nomenclatura adotada, e embora a dimensão temporal dessas classificações possa variar, elas implicam em uma duração longa ou muito longa, contrastando com as durações usualmente aplicadas às experiências sociopolíticas.

Por conseguinte, se o antropocentrismo moderno, parte fundadora da visão de mundo contemporânea, como resultante da crença na anterioridade transcendental do humano em relação ao mundo, fomentava a ideia de um excepcionalismo humano e um estado de exceção ontológico, postulando que, apesar de serem parte inerente do mundo, os seres humanos se viam como existindo antes e fora dele, o que justificaria a exploração da natureza em proveito próprio (Danowski; Castro, 2014, p. 44). O assim chamado Antropoceno, delineia os parâmetros de um período marcado pelo impacto significativo dos humanos nos sistemas da Terra, perturbando a separação clara, existente desde pelo menos o século XVII, entre a ordem cosmológica, a qual abrangia o mundo natural e seus processos, e a ordem antropológica, que incluía a sociedade humana e sua história (Danowski; Castro, 2014, p. 26).

A consciência de que o grandioso projeto de uma construção social da realidade realizou-se sob a forma desastrosa de uma destruição natural do planeta suscita uma (quase-)unanimidade em torno da necessidade de declarar passado, isto é, de fazer passar o mundo dos homens sem mundo que é (que foi) o mundo dos Modernos (*op. cit.*, p. 45).

Os seres humanos, agora uma força geológica, deixaram de ser apenas sujeitos da história para se tornarem também objetos de uma ação veiculada pelo próprio sistema terrestre. Transformação esta que, conforme elaborado por Isabelle Stengers e

posteriormente explorado por Bruno Latour, resultou na intrusão de Gaia, o sistema terrestre, no mundo humano, a qual por sua vez, reafirma o desafio à visão antropocêntrica tradicional da história, ao se manifestar como um sujeito avassalador, “[...] um agente histórico, uma força política e uma entidade moral” (*op.cit.*, p. 25- 26).

Consequentemente, a pedra de toque que servia para distinguir o passado do presente, para desenhar a da modernização pronta para englobar o planeta fornecendo uma identidade àqueles que se sentiam “modernos”, perdeu toda eficácia. Doravante é diante de GAIA que somos chamados a comparecer. Gaia, essa estranha figura duplamente compósita, feita de ciência e mitologia, usada por alguns especialistas para designa a Terra que nos aprisiona e que aprisionamos, essa fita de Möbius da qual formamos ao mesmo tempo o exterior e o interior, esse Globo verdadeiramente global que nos ameaça mesmo quando o ameaçamos. (...) Eles [os modernos] tinham um futuro, mas não se preocupavam com o porvir. Ou melhor, com o que estava *por vir*. (Latour, 2019, p. 21)

Do mesmo modo que a consciência da relação entre humanos e natureza passou a transcender a interatividade habitual, o surgimento de conceitos como Antropoceno e Gaia destacam a fragilidade do planeta e o potencial de colapso ambiental, alterando a percepção do tempo por uma temporalidade que é ao mesmo tempo muito antiga e completamente nova, a da Terra. O confronto ao qual os humanos são chamados a enfrentar, cujo resultado aparenta sinalizar o fim, seja de algo ou de tudo, desafia a possibilidade de realocação das responsabilidades em uma agência externa, uma entidade propriamente animada e dotada de intencionalidade, com a qual estes em nada teriam de responsabilidade direta.

(...) Gaia é antes de mais nada feita de história, ela é *história materializada*, uma sequência de contingente e tumultuária de eventos antes que o desenrolar de uma causalidade “supralunar” obediente a leis intemporais. Na concepção de Latour, assim, é menos a história humana que vem se fundir inesperadamente com a geohistória, mas sim a Terra-Gaia que se torna historicizada, narrativizada como a história humana – compartilhando com esta, aliás, e a ressalva é essencial, a ausência de qualquer intervenção de uma Providência (Danowski; Castro, 2014, p. 120).

Assim, o ritmo e a estrutura da história ocidental, que começaram com a separação do tempo em natural e humano, se encontram, nesse momento, desfeitos (Hartog, 2022b, p. xix). Essa nova realidade temporal exige uma reavaliação dos elos entre passado, presente e futuro, demandando novas abordagens para a explicação histórica. Nesse contexto, François Hartog (2013, p. 22) destaca a imagem fornecida por Hannah Arendt, na obra *Entre o passado e o futuro* (1972), à experiência de ruptura da continuidade, esta

observável ao menos desde a segunda metade do século XX, ao apresentar o conceito de lacuna entre o passado e o futuro, caracterizada como um peculiar intervalo no tempo histórico. Este espaço gerado seria percebido como um período determinado integralmente por eventos e condições que não mais existem e por aqueles que ainda não se concretizaram (Hartog, 2013).

O distanciamento cada vez maior entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa caracterizaria um momento designado por Hartog (2013, p. 39- 40) como regime de historicidade “presentista”, vivenciado através da particular sensação de “[...] um presente perpétuo, inacessível e quase imóvel que busca, apesar de tudo, produzir para si mesmo o seu próprio tempo histórico”. A experiência contemporânea estaria então, atrelada à uma crescente onipresença e onipotência de um presente que se manifesta através do foco intenso nas experiências imediatas e nos ganhos de curto prazo, frequentemente impulsionados pelo ritmo implacável da tecnologia e por uma economia globalizada (Hartog, 2022a, p.134-140).

Tal cenário seria reflexo de uma mudança na concepção do futuro, o qual, ao invés de ser visto como um campo de possibilidades infinitas, é agora percebido como cada vez mais restrito e repleto de ameaças. Simultaneamente, o passado, embora cronologicamente distante, assume um papel cada vez mais presente na forma de um “passado histórico”, influenciando e contextualizando as dinâmicas contemporâneas, ao mesmo tempo em que é reavivado sob a autoridade da memória, pois ela é evocação, convocação, o surgimento de um elemento do passado no presente, antes e acima de tudo para o uso do próprio presente (Hartog, 2022a, p. 139; 2022c, p.19). O presentismo, contudo, não se apresentaria de maneira uniforme; indivíduos e grupos situados de maneiras diferentes na sociedade experimentam o presente de formas vastamente distintas (Hartog, 2022c; Jordheim, 2022). Aqueles que se beneficiam da globalização podem experimentar um senso de oportunidades e mobilidade ilimitadas, enquanto as comunidades marginalizadas frequentemente se encontram presas na precariedade e na incapacidade de planejar para o futuro (Deile, 2022; Pérez, 2022).

Não há dúvidas quanto ao crescente consenso entre diversos estudiosos das humanidades e ciências sociais de que houve uma mudança em nossa compreensão da temporalidade, percebida agora como mais diversificada e menos rígida, fatores os quais influenciam nas reflexões sobre as transformações dos fenômenos passados ao longo do

tempo. Contudo, se, por um lado, o presente contemporâneo está permeado de experiências que sustentariam a proposição de François Hartog, por outro, verificam-se divergências quanto à aplicabilidade dessa teoria para descrever a configuração do pensamento histórico atual.

Com efeito, o conceito de presentismo é caracterizado por Chris Lorenz (2019, p. 27- 28) como focado em uma crise do tempo em que presente, e futuro, são vistos negativamente como distópicos e catastróficos, argumentando que tal visão de presentismo se encontraria enraizada em uma nostalgia pelo que se percebia como a estabilidade da abordagem modernista da história que a precedeu. Para tanto, esclarece que a definição de Hartog não seria singular, mas abrangeria duas interpretações distintas, as quais denominou de Presentismos “nº1” e “nº2”: O primeiro delimitaria o presentismo como um período de tempo distinto, caracterizado essencialmente como sucessor da era moderna, alinhando-se com o conceito de tempo linear e progressivo; o segundo, por outro lado, postularia o presentismo como uma estrutura analítica para compreender como diferentes culturas e períodos de tempo percebem a relação entre passado, presente e futuro (*op. cit.*, p. 23). Ao defender explicitamente a estrutura não linear do presentismo nº 2, a análise de Hartog retornaria ocasionalmente a pressupostos do presentismo nº 1, criando assim uma contradição no interior de seu próprio trabalho.

Se por um lado, Lorenz (2019, p. 36) sugere ser possível concluir “[...] que Hartog se sai melhor ao nos mostrar como e por que o tempo linear progressivo colocou os historiadores em apuros do que ao sugerir-lhes uma saída futura”¹³, por outro, teóricos como Victoria Fareld (2019), defendem uma visão mais heterogênea do presentismo. Assim, embora a autora reconheça que um foco excessivo no presente possa distorcer a visão do passado, o presentismo, quando pensado fora de discussões sobre crises e perigos iminentes, se torna um fenômeno complexo com potenciais benefícios de aprimoramento da compreensão do tempo e da história, pois possibilitaria constatar a natureza multifacetada do presente, onde remanescentes do passado persistem (Fareld, 2019, p. 57- 66).

Enquadrar o presente como temporalmente multidirecional não apenas nos ajuda a entender como o tempo é produzido social e materialmente; também nos oferece ferramentas conceituais que nos permitem considerar experiências temporais multicamadas e reconhecer as

¹³ “(...) Hartog does a better job in showing us how and why progressive linear time got historians in trouble than in suggesting them a future way out.” (Tradução nossa)

presenças emergentes do passado, algumas das quais ainda precisam ser plenamente compreendidas e narradas na história contemporânea (*op. cit.*, p. 66)¹⁴.

Nessa lógica, Fareld (2019, p. 65) argumenta, a título de exemplo, que a presença de objetos físicos do passado, como estátuas e monumentos, desempenharia a função de um lembrete constante de que o presente é um produto do passado. Tais objetos, incorporados na paisagem contemporânea, destacariam a natureza policrônica da existência humana como um conjunto de múltiplas temporalidades sobrepostas e, por vezes, conflitantes, demonstrando como passado, presente e futuro estão interligados (Fareld, 2019, p. 65; 2022, p. 25).

De maneira similar, Zoltán Simon (2019, p. 4- 5) compreende o regime de historicidade presentista como uma categoria funcional para buscar assimilar as necessidades impostas ao regime de historicidade contemporâneo, pois identificaria corretamente uma alteração na maneira como as sociedades ocidentais percebem o tempo histórico. Contudo, o principal problema, segundo o autor, residiria na incapacidade de teóricos do presentismo em reconhecer a importância do pensamento orientado para o futuro na compreensão da história:

Quando François Hartog argumenta que, desde a queda do Muro de Berlim e o colapso da União Soviética, o mundo ocidental vive em um ‘regime de historicidade’ que não é mais orientado para o futuro, mas presentista (por privilegiar o presente como seu ponto de vista), ou quando Aleida Assmann afirma que ‘o futuro perdeu seu poder mágico de fazer o presente desaparecer em um passado que é apenas de interesse histórico’, ambos parecem confundir a orientação para o futuro em geral com a orientação ideológico-política para o futuro em particular. Ao descrever todo o ambiente sociocultural como presentista, enquanto focam exclusivamente no domínio político, as teorias do presentismo acabam criando uma forma enganosa de presentismo (Simon, 2018, p. 193)¹⁵.

¹⁴ “Framing the present as temporally multidirectional not only helps us to understand how time is produced socially and materially; it gives us conceptual tools that enable us to account for multi-layered temporal experiences, and to recognize the emerging presences of the past, some of which are still to be fully accounted for and narrated in contemporary history.” (Tradução nossa)

¹⁵ When François Hartog argues that since the fall of the Berlin Wall and the collapse of the Soviet Union the Western world lives in a ‘regime of historicity’ that is no longer future-oriented but presentist (by dint of privileging the present as its point of view), or when Aleida Assmann claims that ‘the future has lost its magic power to make the present vanish into a past that is only of historical interest’, they both seem to mistake future-orientation as such for ideological-political future-orientation in particular. By describing the entire sociocultural environment as presentist while having their exclusive focus on the political domain, theories of presentism themselves create a deceptive form of presentism. (Tradução nossa)

Esse foco estreito no âmbito político os impediria de perceber o impacto profundo dos avanços tecnológicos nas visões de futuro, e, embora as grandes narrativas políticas possam ter perdido sua influência, as visões tecnológicas tornaram-se centrais na maneira como o futuro é imaginado.

Acredito que o diagnóstico cultural do presentismo não faz jus às visões do futuro nos domínios tecnológico e ecológico (na inteligência artificial, transumanismo, biotecnologia, mudanças ambientais induzidas pelo homem, perda de biodiversidade, debate sobre o Antropoceno, etc.) como expectativas futuras. Ao fazer isso, as teorias do presentismo concebem tais visões em termos da própria agenda estabelecida pelo conceito moderno de história orientada para o futuro, que visava a melhoria sociopolítica da condição humana (Simon, 2019, p. 4)¹⁶.

A inabilidade de conceber futuros possíveis, citada por Simon e Lorenz, estaria potencialmente ligada à interpretação de Hartog (2013, 2022a), cujos argumentos residem centrados tanto na alteração da relação entre passado e presente, percebida através da emergência de uma cultura da memória, construída ao redor de discursos de dívida com o passado, quanto por uma crise do futuro. Essa última, inclusive, produziria uma sensação de *foreboding*, de mau presságio, no presente, e estaria estruturada pelo princípio da precaução¹⁷, que por sua parte, provocaria outro sentido de dívida, desta vez com o futuro (Hartog, 2022a). Em essência, as teorias do presentismo, ao negligenciar visões tecnológicas no interior de possíveis horizontes de expectativa não catastróficos, se tornariam profecias autorrealizáveis, criando uma "forma enganosa de presentismo", o que impediria uma apreciação completa de como o pensamento orientado para o futuro continua a moldar a compreensão da história, e igualmente, obscureceria o fato de que a sensibilidade histórica contemporânea já estaria se adaptando para acomodar essas mudanças potenciais sem precedentes (Simon, 2018).

¹⁶ “I believe that the cultural diagnosis of presentism does not do justice to the visions of the future in the technological and ecological domains (in artificial intelligence, transhumanism, biotechnology, human induced environmental change, biodiversity loss, the Anthropocene debate, and so on) as future expectations. It does not engage with them as visions of the future in their own right but only as correlates of the sociopolitical domain that demand precautions. In doing so, theories of presentism conceive of such visions in terms of the very agenda set by the modern future-oriented concept of history that aimed at sociopolitical betterment of the human condition.” (Tradução nossa)

¹⁷ Princípio conceituado, segundo Hartog (2022a), a partir da reflexão do filósofo Jean-Pierre Dupuy o qual propôs o que denominou de “catastrofismo esclarecido”. A questão, para o filósofo, “(...) não é saber se um desastre (climático, sanitário, nuclear ou outro) vai acontecer, mas acreditar que ele acontecerá e agir de acordo” (Hartog, 2022a, p. 134).

Por fim, tal adaptação em andamento, de acordo com Simon (2018), perpassaria pela mudança de uma compreensão desenvolvimentista da história para uma que reconhece a possibilidade de mudanças disruptivas e inéditas que não podem ser rastreadas a condições históricas anteriores. As atuais visões tecnológicas, como aquelas relacionadas à inteligência artificial e à bioengenharia, projetam um futuro no qual a própria natureza da humanidade pode sofrer transformações radicais. Visando acomodar essas possíveis mudanças, Simon propõe uma nova sensibilidade histórica que reconhece a possibilidade de *unprecedented change*, como característica definidora do próprio processo histórico (Simon, 2018; 2019).

Esse novo modelo de história, caracterizado por uma série de mudanças disruptivas, permitiria uma compreensão de um futuro potencialmente habitado por seres e eventos inéditos, sem a necessidade de forçá-los dentro de uma narrativa linear e desenvolvimentista. Para ilustrar essa perspectiva, o autor utiliza o exemplo dos debates realizados por historiadores sobre o Antropoceno, argumentando, na contramão de algumas das críticas feitas à proposta do AWG, que as tentativas de localizar a origem do Antropoceno em um passado distante, em consonância ao modelo desenvolvimentista, não somente falham em captar a natureza inédita da transformação dos humanos em uma força geológica, como potencialmente podem interferir na capacidade da sociedade contemporânea em tomar providência quanto à necessidade de ações imediatas (Simon, 2019, p. 204).

O que aparece aqui [no livro *The History Manifesto*] como um "debate histórico" sobre o Antropoceno é, na verdade, um conjunto de sugestões sobre como um fenômeno contemporâneo (os humanos se tornando agentes geológicos) pode ser organizado de forma desenvolvimentista, empurrando sua origem para um passado distante. No entanto, dizer aos cientistas do clima ou aos participantes da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática de 2015 que estamos vivendo no Antropoceno há onze mil anos está longe de ser uma resposta adequada a um chamado imediato para a ação. Dificilmente torna a história relevante para as questões climáticas, pois, em vez de reconhecer o inédito, tenta nos convencer do oposto – ou seja, que a mudança que enfrentamos não é nada inédita (*op. cit.*, p. 204)¹⁸.

¹⁸ “What features here as a ‘historical debate’ over the Anthropocene is actually a set of suggestions as to how a present-day phenomenon (humans becoming geological agents) can be ordered developmentally by pushing its origin far back into the past. Yet, telling climate scientists or the participants at the 2015 United Nations Climate Change Conference that we have been living in the Anthropocene for eleven thousand years is hardly an adequate response to an immediate call for action. It can hardly make history relevant for climate concerns because instead of recognizing the unprecedented it tries to convince us of the opposite – namely, that the change we face is anything but unprecedented.” (Tradução nossa)

As referências mencionadas anteriormente não esgotam a vasta gama de estudos e opiniões existentes no campo acadêmico sobre o tema. Contudo, conforme delineado, a complexa relação entre a humanidade e o tempo histórico está sendo redefinida à luz dos desafios contemporâneos, tais como o Antropoceno, a crise climática e as transformações tecnológicas. Concomitante ao reconhecimento de ações urgentes frente às mudanças impostas ao presente, observa-se a necessidade de que a compreensão histórica evolua para acomodar essas novas realidades. Essa evolução demanda uma reavaliação das concepções tradicionais de tempo e história, permitindo que novas perspectivas orientadas para o futuro sejam incorporadas à narrativa histórica.

3. Crise climática, espaço e tempo: desafios historiográficos contemporâneos

Sob um regime de historicidade em que o presente aparenta prevalecer, aliado aos impactos multifacetados e profundos do Antropoceno e dos avanços tecnológicos, o tempo histórico vem perdendo sua coerência e significado, potencialmente redefinindo os modos de interação da humanidade com o tempo, entre as sociedades e com sua própria historicidade. Tal cenário poderia ser considerado como um dos fatores a desencadear tanto o sentimento de desorientação temporal, unido a uma capacidade diminuída para o pensamento de longo prazo, quanto de necessidade de proteção e salvaguarda de patrimônio, material ou imaterial, com vistas às gerações futuras.

No decurso do presente estudo buscou-se realizar, através de revisão bibliográfica abrangente, a mobilização de conceitos, métodos historiográficos e teóricos com o intuito de investigar os descompassos temporais que se fazem presentes desde ao menos a primeira metade do século XX. O processo metodológico se deu através de análise documental e da combinação de abordagens historiográficas tradicionais com teorias contemporâneas. A utilização do caso de Tuvalu foi essencial como meio de exemplificar a importância dos debates acerca de como a deterioração das condições climáticas, bem como o surgimento de novas tecnologias, tem transformado os processos de arquivamento, e conservação, da memória e identidade de uma nação. Constatou-se durante o processo de análise teórica, a importância vital do debate que circunscreve a proposta do Antropoceno. Termo o qual, representando uma nova era geológica marcada pelo impacto significativo das atividades humanas sobre a Terra, desafia tanto a visão historiográfica tradicional quanto outros campos científicos, propondo novas formas

potenciais de compreensão das temporalidades e das relações sociais construídas no interior destas.

Os pronunciamentos oficiais do governo de Tuvalu, como os realizados pelo Primeiro-Ministro, Kausea Natano, e pelo Ministro de Justiça, Simon Kofe, durante as conferências sediadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), foram conteúdos essenciais na busca de compreender as estratégias e a retórica empregada pelo país em seu esforço de salvaguardar o patrimônio diante das mudanças climáticas. Analogamente, dados técnicos provenientes de documentos elaborados por organizações como o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), a Organização das Nações Unidas (ONU), o *International Council on Monuments and Sites* (ICOMOS) e a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), serviram de suporte para compreensão da urgência transmitida pelo governo tuvaluano. Do mesmo modo, conceitos como diplomacia climática e agenda ambiental, foram utilizados no intuito de exemplificar as medidas internacionais para enfrentamento das mudanças climáticas. A compreensão dos papéis que essas instituições possuem no âmbito internacional, demonstrou ser de relevância fundamental, tendo em vista a profunda correlação dos fatores históricos, econômicos, sociais, culturais e políticos entre as nações, bem como tanto a consciência quanto a presença, e uso, de determinados mecanismos produtores de lembrança e de esquecimento. Mediante os documentos analisados, é possível verificar a disparidade entre os discursos veiculados por grande parte dos atores políticos e pelas demais instituições, bem como demonstra a existência de um descompasso entre as condições de vida atuais e aquelas existentes quando determinados dispositivos de produção de sentido foram elaborados. Essas flutuações, ou equivocações, poderiam se equiparadas a mais um sintoma dos processos temporais que acometem as sociedades do presente, difratando e multiplicando a expressão de que a realidade está mudando em uma velocidade incompatível com os preceitos herdados de outrora.

Diante de tal cenário, ao abordar discussões fundamentais sobre o Antropoceno, pretendeu-se fornecer uma síntese dos debates que envolvem a própria nomenclatura e como estes englobam diversas perspectivas sobre a relação entre humano e natureza. Compreender o alcance do termo é saber que todo ato de nomear é um ato de poder, e como expressa Koselleck (2006, p. 305), ao mencionar Friedrich Schlegel, não se pode

dizer que algo existe sem definir o que é, e pensar sobre algo já é relacioná-lo a conceitos os quais não são irrelevantes à definição. Assim, cada uma dessas argumentações sobre o termo conduz a impactos políticos, perspectivas e possibilidades de ação distintas. Com efeito, para além do que escolher uma única abordagem, um dos desafios que acompanha o Antropoceno é lidar com essa pluralidade, experimentá-la e aprender sobre suas historicidades, implicações e potencialidades.

No que tange as mudanças na percepção do tempo e da narrativa histórica, ocasionadas pela proposição do termo, destaca-se a presença de autores como Dipesh Chakrabarty e Rodrigo Turin. A sinalização de uma catástrofe compartilhada por Chakrabarty argumenta que o Antropoceno sublinharia a responsabilidade desigual, mas de amplas consequências da crise climática, sugerindo a necessidade de uma nova compreensão da humanidade como agente geológico, além de histórico. Essa concepção questionaria as noções tradicionais de progresso, propondo uma visão mais integrada e sistêmica das interações entre os seres humanos e o planeta. De forma similar, as análises de Rodrigo Turin contribuem ao destacar a disparidade temporal entre as ações políticas e as transformações planetárias, descompasso que teria gerado uma percepção de insuficiência e atraso nas respostas às mudanças climáticas, alimentando a ansiedade e a desestabilização das estruturas previamente estabelecidas. O desafio às visões antropocêntricas da história é igualmente informado através da teoria de Gaia, explorada por Bruno Latour e Isabelle Stengers, que posiciona o próprio sistema terrestre como um agente histórico e político, contribuindo para a crítica da distinção moderna entre natureza e cultura e revelando a inadequação dessa separação diante das crises ambientais.

Nesse contexto, o trabalho de Déborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro é invocado para enriquecer o diálogo entre as consequências advindas da proposição do Antropoceno e o surgimento de um mal-estar contemporâneo, derivado da consciência do colapso civilizacional em potencial. Argumenta-se que o desafio à visão otimista do humanismo ocidental, tem orientado a elaboração de novas mitologias de fim de mundo como quadros interpretativos para a crise ambiental. A partir dessa perspectiva, a proposição do conceito de presentismo, se faz relevante na medida em que aborda a transformação da experiência do tempo na modernidade tardia. É sugerido que o presentismo, caracterizado por uma percepção intensificada do presente e uma crise do futuro, teria redefinido a relação entre passado, presente e futuro. Essa metamorfose

temporal, de acordo com François Hartog, refletiria a dificuldade de imaginar futuros significativos, influenciada pela crise climática e pelas transformações tecnológicas, criando uma percepção de presente perpétuo e imutável, onde o passado é constantemente revivido e o futuro se torna incerto e ameaçador.

Em paralelo, contudo, buscou-se engajar teorias críticas ao presentismo de Hartog, considerando as perspectivas alternativas de Zoltán Simon, Victoria Fareld e Chris Lorenz, que trazem à tona as nuances e limitações do conceito, o qual não englobaria plenamente as complexas visões de futuro que emergem nos domínios tecnológicos e ecológicos. Ademais, a abordagem de Simon é marcada pela compreensão de que o interesse da história não se encontra apenas na observação das diferenças entre passado e presente, mas sobretudo na antecipação das dissonâncias entre esses, de um lado, e qualquer que seja o estado futuro das coisas, de outro. Perspectiva essa que concebe, na via contrária à teoria presentista, ser inviável a proposição de uma experiência contemporânea marcada por um presente perpétuo, inacessível e quase imóvel que busca, apesar de tudo, produzir para si mesmo o seu próprio tempo histórico.

As condições de habitabilidade da Terra podem mudar significativamente de acordo com o limite do aquecimento climático atingido, podendo resultar em futuros planetários diferentes, mas que estão intrinsecamente ligados às maneiras atuais pelas quais são concebidos e representados. Em outras palavras, o novo regime climático não apenas influenciará os possíveis regimes de historicidade futuros, mas também os regimes de historicidade configurados no presente exercerão um impacto direto sobre a natureza desse novo regime climático. Isto posto, percebe-se um movimento crescente de consenso sobre a necessidade de novas abordagens para compreender a relação entre a humanidade e o planeta, transcendendo as divisões tradicionais entre natureza e sociedade, e reavaliando os processos que permeiam a construção da sensibilidade histórica contemporânea.

Diante disso, é demonstrada a relevância da proposição, por parte do governo de Tuvalu, do programa *Te Ataeo Nei* (Futuro agora)¹⁹, projeto que prevê a construção de um “gêmeo digital” do país no ambiente virtual conhecido como metaverso. Este visando preservar, não apenas o patrimônio material e imaterial do país, mas igualmente assegurar

¹⁹ Future now, no original em inglês. (Tradução nossa)

a continuidade de sua soberania e identidade nacional, mesmo que seu território físico venha a desaparecer. Faz-se importante ressaltar que o projeto, em consonância com o conceito de *fenua*²⁰, tem atribuído a si valores fundamentais no que tange a preservação da memória cultural, pois através deste a essência da identidade tuvaluana poderia ser mantida, e transmitida, mesmo em um contexto de mudanças irreversíveis. A iniciativa de Tuvalu busca utilizar a tecnologia para transcender as limitações da realidade, lidando com a ideia de espaço não apenas em seu sentido físico, mas também como uma representação das estruturas sociais, processos históricos e dinâmicas de poder.

Contudo, não somente a construção dessa estratégia de preservação através do estado digital não deve ser vista como separada dos planos mais amplos de mitigação e adaptação física, mas também como uma iniciativa originada por parte do próprio país e em acordo com seus valores culturais. Dito de outra forma, isso significaria igualmente, a reafirmação de sua própria agência em meio às dinâmicas de poder histórica e politicamente configuradas, que usualmente concebem países como Tuvalu, como dependentes de outras nações e impossibilitados de tomar suas próprias decisões.

Refletindo a urgência de novas abordagens e despertando questionamentos no que diz respeito à conceitualização das temporalidades emergentes na história recente, o caso mencionado, e suas ramificações, exemplifica como algumas questões pertinentes ao campo historiográfico estão sendo elaboradas na prática. A transformação na temporalidade histórica, agora marcada por uma coexistência de tempos múltiplos e divergentes, potencialmente estabelece novas formas narrativas, onde a tecnologia assume um papel central na mediação entre estes, desafiando as noções tradicionais de autenticidade e presença.

Em suma, a digitalização e o metaverso não são, nesse caso, apenas ferramentas tecnológicas; mas agentes transformadores que potencialmente desafiam e reconfiguram a tradicional relação com o tempo, a natureza e entre as sociedades. Caracterizando, como consequência, um espaço de contestação, um espelho que reflete ansiedades sobre a possibilidade de perda e o desejo de preservação da identidade diante de um futuro incerto. Essa reorientação, exemplificada, pela virtualização da experiência de salvaguarda patrimonial, alinhada com a era do Antropoceno, sugere que a história e a

²⁰ Termo que na filosofia tuvaluana representa a unicidade entre povo, território e comunidade.

memória podem se tornar cada vez mais desvinculadas do espaço físico e se enraizar no digital, oferecendo novos desafios e oportunidades para a historiografia.

Em última análise, a possibilidade de transformações sem precedentes em cenários catastróficos, bem como o ritmo lento da ação política diante de questões ambientais urgentes, intensifica a sensação de desconexão sentida desde ao menos a segunda metade do século XX. A historiografia enfrenta, portanto, o desafio de lidar com essa desconexão, examinando como diferentes escalas temporais se cruzam e impactam as respostas humanas aos problemas globais. Para tanto, e a partir do exercício teórico realizado, é possível presumir que o papel da história não se trata apenas de identificar culpados e vítimas, ou localizar marcadores temporais para ações pretéritas. É averiguada a necessidade de se adotar uma compreensão da história mais abrangente e variada, que reconheça as interconexões entre a atividade humana, os sistemas planetários, as grandes instituições historicamente instauradas e as complexidades temporais, visando a manutenção da relevância dos estudos historiográficos para as questões contemporâneas.

REFERÊNCIAS

- CHAKRABARTY, Dipesh. The Climate of History: Four Theses. **Critical Inquiry**, Chicago, Nº35, p.197- 222, 2008.
- DANOWSKI, Déborah; CASTRO, Eduardo V. **Há mundo por vir?** Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2014.
- DEILE, Lars. Favoring an offensive presentism. *In*: SIMON, Zoltán; DEILE, Lars (orgs.). **Historical Understanding: Past, Present, and Future**. London: Bloomsbury, 2022. p. 57 -68.
- FARELD, Victoria. Framing the polychronic present. *In*: SIMON, Zoltán; DEILE, Lars (orgs.). **Historical Understanding: Past, Present, and Future**. London: Bloomsbury, 2022. p. 25- 33.
- FARELD, Victoria. Coming to Terms with the Present: Exploring the Chrononormativity of Historical Time. *In*: TAMM, Marek; OLIVIER, Laurent (ed.). **Rethinking Historical Time: New Approaches to Presentism**. London: Bloomsbury, 2019. p. 57- 70.
- FINNEY, Stanley C.; EDWARDS, Lucy E. The “Anthropocene” epoch: Scientific decision or political statement? **The Geological Society of America**, Colorado, v. 26, n. 3, p. 4- 10, mar./abr. 2016. DOI: 10.1130/GSATG270A.1. Disponível em: <https://rock.geosociety.org/net/gsatoday/archive/26/3/article/i1052-5173-26-3-4.htm>. Acesso em: 06 jul. 2024.
- GIBBARD, Philip L. *et al.* A practical solution: the Anthropocene is a geological event, not a formal epoch. **Journal of International Geoscience**. Seoul, v. 45, n. 4, 1 dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.18814/epiugs/2021/021029>. Disponível em: <https://www.episodes.org/journal/view.html?doi=10.18814/epiugs/2021/021029>. Acesso em: 06 jul. 2024.
- GOVERNO FEDERAL. **Mudança do Clima 2023**: Relatório Síntese. Trad. SJR Assessoria e Tradução LTDA. Brasil: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/copy_of_IPCC_Longer_Report_2023_Portugues.pdf. Acesso em: 04 abr. 2024.
- HARTOG, François. Tempo e patrimônio. Tradução José Carlos Reis. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 22, Nº36: p.261-273, Jul./Dez. 2006.
- HARTOG, François. Os impasses do presentismo. *In*: MÜLLER, Angelica; IEGELSKI, Francine (orgs.). **História do tempo presente: mutações e reflexões**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022a. p. 133- 142.
- HARTOG, François. **Chronos: the West confronts time**. New York : Columbia University Press, 2022b.
- HARTOG, François. The texture of the present. *In*: SIMON, Zoltán; DEILE, Lars (orgs.). **Historical Understanding: Past, Present, and Future**. London: Bloomsbury, 2022c. p. 17- 23.

INTERNATIONAL COMMISSION OF STRATIGRAPHY (ICS). **Working Group on the ‘Anthropocene’**, 2024. Disponível em: <https://quaternary.stratigraphy.org/working-groups/anthropocene>. Acessado em: 11 abr. 2024.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **The Future of Our Pasts: Engaging Cultural Heritage in Climate Action**. Paris: ICOMOS, 2019. Disponível em: <https://www.icomos.org/en/77-articles-en-francais/59522-icomos-releases-future-of-our-pasts-report-to-increase-engagement-of-cultural-heritage-in-climate-action>. Acessado em: 12 abr. 2024.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). **History of IPCC**, [20--]. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/about/history/>. Acesso em: 05 abr. 2024.

JORDHEIN, Helge. In sync/Out of sync. In: SIMON, Zoltán; DEILE, Lars (orgs.). **Historical Understanding: Past, Present, and Future**. London: Bloomsbury, 2022. p. 45- 55.

KOFE, Simon. **Minister Kofe's video statement: COP26**. [Tuvalu], 2021. 1 vídeo (4:03min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hpPTFGwFExg>. Acessado em: 03 abr. 2024.

KOFE, Simon. **Rising sea levels force Tuvalu to move to the Metaverse: COP27 speech**. [Tuvalu], 2022. 1 vídeo (3:35min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IXpeO5BgAOM>. Acessado em: 03 abr. 2024.

KOFE, Simon **The First Digital Nation COP28 Update**. [Tuvalu], 2023. 1 vídeo (5min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=m0KoYarxX3E>. Acessado em: 04 abr. 2024.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução Wilma Patricia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **O conceito de História**. Tradução René E. Gerts. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LATOUR, Bruno. **Investigações sobre os modos de existência: uma antropologia dos Modernos**. Tradução Alexandre Agabiti Fernandez. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

LORENZ, Chris. Out of Time? Some Critical Reflections on François Hartog's Presentism. In: TAMM, Marek; OLIVIER, Laurent (ed.). **Rethinking Historical Time: New Approaches to Presentism**. London: Bloomsbury, 2019. p. 23- 42.

MALM, Andreas; HORNBORG, Alf. The geology of mankind? A critique of the Anthropocene narrative. **The Anthropocene Review**, Thousand Oaks, v. 1, n. 1, p. 62-69, abr. 2014. DOI: 10.1177/2053019613516291. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2053019613516291>. Acesso em: 08 jul. 2024.

NATANO, Kausea. Tuvalu National Statement for the World Leaders Summit. In: CONFERENCE OF THE PARTIES, COP26, 2021, Glasgow. **Official Statement**. United Kingdom: Glasgow, 2021. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/TUVALU_cop26cmp16cma3_HLS_EN.pdf. Acesso em 02 abr. 2024.

NATANO, Kausea. United Nations Framework Convention on Climate Change. In: CONFERENCE OF THE PARTIES, COP27, 2022, Sharm El Sheikh. **Official**

Statement. Egypt: Sharm El Sheikh, 2022. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/TUVALU_cop27cmp17cma4_HLS_ENG.pdf. Acesso em 02 abr. 2024.

NATANO, Kausea. Tuvalu National Statement. *In*: CONFERENCE OF THE PARTIES, COP28, 2023, Dubai. **Official Statement.** United Arab Emirates: Dubai, 2023.

Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/TUVALU_cop28cmp18cma5_HLS_ENG.pdf. Acesso em 02 abr. 2024.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **21 Recados Fundamentais do Novo Relatório do IPCC.** Brasil, 2022. Disponível em: <https://oc.eco.br/wp-content/uploads/2022/04/IPCC-WG3-resmo-OC.pdf>. Acesso em 04 abr. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **History of the UN**, [20--]. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/history-of-the-un>. Acesso em: 05 abr. 2024.

PÉREZ, Moira. Caught between past and future: On the uses of temporal figurations for political exclusion. *In*: SIMON, Zoltán; DEILE, Lars (orgs.). **Historical Understanding: Past, Present, and Future.** London: Bloomsbury, 2022. p. 35- 43.

ROTHER, Delf; *et. al.* Digital Tuvalu: state sovereignty in a world of climate loss. **International Affairs**, Oxford Academics, v. 100, Issue 4, p. 1491– 1509, jul. 2024. <https://doi.org/10.1093/ia/iaae060>. Acesso em: 10 ago. 2024.

SIMON, Zoltán B. History Begins in the Future. *In*: HELGESSON, Stefan; SVENUNGSSON, Jayne. **The Ethos of History: Time and Responsibility**, New York: Berghahn Books, 2018. p.192- 209.

SIMON, Zoltán B. **History in Times of Unprecedented Change: A Theory for the 21st Century.** New York: Bloomsbury, 2019.

SIMON, Zoltán B. **The Epochal Event: Transformations in the Entangled Human, Technological, and Natural Worlds.** London: Palgrave Mcmillan, 2020.

SUBCOMMISSION ON QUATERNARY STRATIGRAPHY. **Anthropocene Working Group**, [20--]. Disponível em: <http://quaternary.stratigraphy.org/working-groups/anthropocene/>. Acesso em 06 abr. 2024.

TURIN, Rodrigo. **Minicurso Antropoceno** - Antropoceno: entre regime climático e regimes de historicidade. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2022a. 1 vídeo (121 min) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CJ-SRGogmxw&t=2365s>. Acesso em: 10 maio 2024.

TURIN, Rodrigo. A "catástrofe cósmica" do presente: alguns desafios do antropoceno para a consciência histórica contemporânea. *In*: MÜLLER, Angelica; IEGELSKI, Francine (orgs.). **História do tempo presente: mutações e reflexões.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022b. p.143- 165.

TURIN, Rodrigo. Antropoceno e futuros presentes: entre regime climático e regimes de historicidade potenciais. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 54, p. 703-724, Set./Dez. 2023.

TUVALU. **The First Digital Nation** [20--]. Disponível em: <https://www.tuvalu.tv/about>. Acesso em: 31 mar. 2024.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Charter on the Preservation of the Digital Heritage**. Digital Library UNESDOC, 2009. 5p. Disponível em: <https://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-397-2.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2024.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC), [20--]. **History of the Convention**: Climate Change in Context. Disponível em: <https://unfccc.int/process/the-convention/history-of-the-convention#Climate-Change-in-context>. Acesso em: 05 abr. 2024.

WALKER, Michael J. C. *et al.* The Anthropocene is best understood as an ongoing, intensifying, diachronous event. **BOREAS**: An international journal of Quaternary research, New Jersey, v. 53, 8 out. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1111/bor.12636>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/bor.12636>. Acesso em: 06 jul. 2024.

WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION (WMO). State of the Global Climate 2023. **Climate Statement**. WMO, n.1347, 2023. 53p. Disponível em: <https://library.wmo.int/records/item/68835-state-of-the-global-climate-2023>. Acesso em: 03 abr. 2024.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Ilma Antunes de Faria Carvalho, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “Narrativas do Fim: Reflexões sobre a Historiografia Contemporânea na Era do Antropoceno” foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília, 05 de setembro de 2024.